

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **37.800.856/0001-51**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre e exercício** findo em **31 de dezembro de 2021**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia 18 de março de 2022 no sítio eletrônico / link: <https://harmoniaasset.com/harmonia-dtvm-s-a/>

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

RODRIGO C. MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP110330/O-6

HARMONIA DTVM S.A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O **lucro** do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de **R\$ 50 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais **da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação e o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange a Carta de apresentação e o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022



Thiago Benazzi Arteiro
CT CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

ATIVO	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		691	687
DISPONIBILIDADES	3.2	45	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		465	611
Títulos e valores mobiliários	4.1	465	611
OUTROS ATIVOS		181	76
Outros créditos - Diversos	5.1	60	76
Rendas a receber	5.2	121	-
NÃO CIRCULANTE		288	247
IMOBILIZADO DE USO	6.1	283	240
Outras imobilizações de uso		322	243
(Depreciações acumuladas)		(39)	(3)
INTANGÍVEL	6.2	5	7
Ativos Intangíveis		7	7
(Amortização acumulada)		(2)	-
TOTAL DO ATIVO		979	934

RODRIGO COSTA MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

PASSIVO	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		64	219
OUTROS PASSIVOS		64	219
Fiscais e previdenciárias	7.1	35	4
Diversas	7.2	29	215
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		915	715
Capital:	10.1	1.150	1.000
De Domiciliados no país		1.150	1.000
(Prejuízos acumulados)		(235)	(285)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		979	934

RODRIGO COSTA MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

	NE	2º-SEM-21	2021	2020
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14	514	4
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14	514	4
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14	514	4
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(140)	(451)	(289)
Receitas de prestação de serviços		582	718	-
Despesas de pessoal		(251)	(288)	(1)
Outras despesas administrativas	11	(383)	(691)	(272)
Despesas tributárias		(82)	(184)	(16)
Outras receitas operacionais		1	1	-
Outras despesas operacionais		(7)	(7)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(126)	63	(285)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(126)	63	(285)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	28	(13)	-
Provisão para imposto de renda		15	(6)	-
Provisão para contribuição Social		13	(7)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(98)	50	(285)
Nº de ações		1.150.000	1.150.000	1.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		(0,086)	0,044	(0,285)

RODRIGO COSTA MENOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

	2º-SEM-21	2021	2020
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(98)	50	(285)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(98)	50	(285)

RODRIGO COSTA MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/20	-	-	-
Aumento de capital	1.000	-	1.000
Prejuízo do exercício	-	(285)	(285)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/20	1.000	(285)	715
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	1.000	(285)	715
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	1.000	(285)	715
Aumento de capital	150	-	150
Lucro líquido do exercício	-	50	50
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	1.150	(235)	915
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	150	50	200
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/21	1.150	(137)	1.013
Prejuízo do semestre	-	(98)	(98)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/21	1.150	(235)	915
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(98)	(98)

RODRIGO COSTA MENNOCCHI
Diretor**REINALDO DANTAS**
Contador CRC 1SP 110330/O-6*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ Mil

	2º-SEM-21	31/12/21	31/12/20
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(98)	50	(285)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	20	37	3
Provisão de impostos no resultado	(28)	13	-
Efeito de não caixa de devolução de imobilizado	-	49	-
	<u>(106)</u>	<u>149</u>	<u>(282)</u>
<i>Varição de Ativos e Obrigações</i>	165	(61)	(534)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	158	146	(611)
(Aumento) redução de outros ativos	(38)	(93)	(76)
Aumento (redução) em outros passivos	55	(89)	153
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10)	(25)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	59	88	(816)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(25)	(193)	(177)
Inversões líquidas no intangível	-	-	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25)	(193)	(184)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>			
Recebimento pela integralização de capital	-	150	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	150	1.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	34	45	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	11	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	45	45	-

RODRIGO COSTA MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Harmonia DTVM Ltda. (“Distribuidora”), localizada à Rua Ramos Batista nº 198 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, São Paulo – SP, foi constituída por tempo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 21 de julho de 2020, e tem como objeto social a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regularmente expedidas pelas autoridades competentes.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), apresentadas em conformidade com a Resolução BACEN nº 2/2020 e Resolução BACEN nº 4.818/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo Bacen.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular CMN nº 3.959/19;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CFC NBC TG 46 (R1).

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo Bacen, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Novas normas e normas que ainda não estão em vigor

Vigentes a partir de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB nº 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif);
- Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB nº 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido;
- Resolução CMN nº 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB nº 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente;
- Resolução CMN nº 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial;
- Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB nº 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis;
- Resolução CMN nº 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN nº 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB;
- Resolução BCB nº 48 de 10/12/2020 (Revoga a Circular nº 3.365/2007 e altera a Circular nº 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB;
- Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1º de janeiro de 2025, os demais dispositivos;
- Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR);
- Resolução CMN nº 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Vigentes a partir de março de 2022:

- Resolução CMN nº 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações;
- Resolução BCB Nº 111 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada nº 4.193.

Vigentes a partir de julho de 2022:

- Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações;
- Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas;

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 18 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I. Títulos para negociação;
- II. Títulos disponíveis para venda;
- III. Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes**

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões**

São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis, independente da probabilidade de perda.

3.6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Lucro Real

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021;
- b) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021;
- c) 15% a partir de 01/01/2022.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.8. Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.9. Resultados recorrentes e não recorrentes

As políticas internas da Distribuidora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Distribuidora. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido no exercício de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 50 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Instrumentos financeiros

4.1 Títulos e valores mobiliários

Papel	Categoria	31/12/2021			Valor de mercado	Valor de curva
		Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Carteira Própria						
Cotas de Fundos de Investimento	Títulos para negociação	465	-	-	465	465
Total						
Papel	Categoria	31/12/2020			Valor de mercado	Valor de curva
		Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Carteira Própria						
Certificado de Depósito Bancário	Títulos para negociação	-	204	407	611	611
Total		-	204	407	611	611

5. Outros ativos

5.1. Outros créditos - Diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos p/pagamento nossa conta	-	32
Impostos e contribuição a compensar	12	-
Valores a receber de sociedades ligadas (ver Nota Explicativa nº 8)	48	39
Devedores diversos País	-	5
Total	60	76

5.2. Rendas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados a receber de taxa de administração	112	-
Serviço de custódia	9	-
Total	121	-

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

6. Imobilizado de uso e intangível

6.1. Imobilizado de uso

	31/12/2021			Valor Líquido
	Taxa de depreciação – %	Custo	Depreciação Acumulada	
Instalações	10	45	(5)	40
Móveis e equipamentos de uso	10	152	(16)	136
Processamento de dados	20	61	(13)	48
Equipamentos de comunicação	10	3	-	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10	61	(5)	56
Total		322	(39)	283

	31/12/2020			Valor Líquido
	Taxa de depreciação – %	Custo	Depreciação Acumulada	
Instalações	10	42	-	42
Móveis e equipamentos de uso	10	143	(2)	141
Processamento de dados	20	58	(1)	57
Total		243	(3)	240

Movimentação do imobilizado

	31/12/2021			31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas	
Instalações	42	3	-	45
Móveis e equipamentos de uso	143	58	(49)	152
Processamento de dados	58	3	-	61
Equipamentos de comunicação	-	3	-	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	-	61	-	61
Total	243	128	(49)	322

6.2. Intangível

	31/12/2021			Valor líquido
	Taxa de amortização – %	Custo	Amortização Acumulada	
Softwares	20	7	(2)	5
Total		7	(2)	5

	31/12/2020			Valor líquido
	Taxa de amortização – %	Custo	Amortização acumulada	
Softwares	20	7	-	7
Total		7	-	7

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Movimentação do intangível

	31/12/2021			31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas	
Software	7	-	-	7
Total	7	-	-	7

7. Outros passivos**7.1. Fiscais e previdenciárias**

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos sobre serviços de terceiros	2	4
Impostos sobre salário	24	-
Outros	9	-
Total	35	4

7.2 Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações p/ aquisição de bens e direitos	-	65
Despesa de pessoal	19	-
Outras despesas administrativas	10	-
Valores a pagar a sociedades pessoas ligadas (ver Nota Explicativa nº 8)	-	150
Total	29	215

8. Partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Distribuidora não tem saldo a pagar para acionista; e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 tinha saldo a pagar no montante de R\$ 149, referente a compra de bens do ativo imobilizado.

A Distribuidora tem saldo a receber de sociedades ligadas conforme nota explicativa nº 5.1 e tabela abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
RMC Holding S.A.	13	4
RMC Participações S.A.	18	8
Harmonia Asset Management S.A.	17	27
Total	48	39

a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve remuneração ao pessoal chave da administração no montante de R\$ 38, considerados benefícios de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

9. Ativos e passivos contingentes

9.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes.

A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia processos com perda de risco provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social de R\$ 1.150 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2020), estava representado por 1.150.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.149.999 ações ordinárias e 1 ação preferencial (1.000.000 de ações nominativas em 31 de dezembro de 2020, sendo 999.999 ações ordinárias e 1 ação preferencial), subscritas e totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 12 de março de 2021 os acionistas deliberaram o aumento de capital social de R\$ 1.000 para R\$ 1.150, no montante de R\$ 150 com a emissão de 150.000 novas ações ordinárias. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de março de 2021.

10.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas "Legal" e "Capital". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal", é destinado à constituição da "Reservas especiais de lucros", permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação.

A destinação de reservas é realizada no encerramento do exercício social, porém o lucro do exercício foi absorvido com saldo de prejuízos anteriores.

10.3. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

Não foram distribuídos dividendos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 devido a empresa ter apresentado prejuízo no exercício; e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foram distribuídos dividendos em atendimento as resoluções 4.797 de abril 2020, 4.820 de 29 de maio de 2020 e 4.885 de 23 de dezembro de 2020 do Bacen.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

11. Outras despesas administrativas

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis	(58)	(97)	(98)
Comunicações	(13)	(25)	-
Serviços técnicos especializados	(133)	(207)	(99)
Manutenção e conservação	(6)	(15)	(11)
Processamento de dados	(79)	(148)	(6)
Publicações	-	(17)	(13)
Seguros	(16)	(33)	-
Condomínio	(36)	(73)	(30)
Diversas	(42)	(76)	(15)
Total	(383)	(691)	(272)

12. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	63	(285)
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	-	1
Base de cálculo	63	(284)
(-) Compensação de prejuízo fiscal 30%	(19)	-
Total	44	-
Imposto de renda – 15%	6	-
IRPJ – 10% parcela adicional	-	-
Contribuição social – 15% e 20%	7	-
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	13	-

Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 265 (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações contábeis, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.776 do Bacen não terem sido atendidos.

13. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Distribuidora conta com quatro frentes de atuação: gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado

A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão das taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

b) Risco operacional

A natureza dos negócios da Distribuidora é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. A Distribuidora revisa periodicamente os controles internos e procedimentos, adequando quando necessário de modo a minimizar possibilidades de erros ou falhas nos processos internos.

c) Risco de liquidez

É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. A Distribuidora administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: testes de stress, descasamento de vencimentos e limite mínimo de disponibilidades.

d) Risco de crédito

Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Distribuidora está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

14. Acordo de Basileia (limite operacional) – Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2021 foi de 10,88% (7,82% em 31 de dezembro de 2020).

15. Responsabilidades e compromissos

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

16. Outros assuntos

Covid-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença que estariam ocorrendo devido a um novo coronavírus (Covid-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. Nesse momento, a Administração da Distribuidora não pode mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do coronavírus (Covid-19).

17. Eventos subsequentes

Após o encerramento do semestre em 31 de dezembro de 2021 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações contábeis.

* * *

Rodrigo Costa Mennocchi
Diretor Responsável

Reinaldo Dantas
Contador CRC - 1SP 110330/O-6